



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO

CAMPUS SÃO VICENTE

Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá - MT
Fone 65 3341-2110

EDITAL RDC ELETRÔNICO N.º 01/2019
UASG 158335

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL.
CONSTRUÇÃO DA PASSARELA DO IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE.
CENTRO DE REFERÊNCIA DE CAMPO VERDE.

PROCESSO Nº 23186.00965.2019-66

Forma de Execução da Licitação: **ELETRÔNICO**

Modo de Disputa: **ABERTO**

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**

Preço Estimado: **R\$ 160.797,88** (cento e sessenta mil setecentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos)

Data para cadastramento das propostas: A partir da publicação do Edital no sistema **comprasgovernamentais**.

Data de abertura da Licitação (Sessão Pública): **11/12/2019 – 09:30 horas (horário de Brasília)**

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br – **UASG 158335**

e-mail: cpl@svc.ifmt.edu.br

Quantidade de itens: 01

Item 01: EXECUÇÃO DA OBRA DE **CONSTRUÇÃO DA PASSARELA DO IFMT SÃO VICENTE - Centro de Referência de Campo Verde**, CONFORME DOCUMENTAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DOS PROJETOS CONSTATE DO EDITAL.

ATENÇÃO!

ORIENTAÇÕES SOBRE O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES – RDC ELETRÔNICO

A leitura deste “resumo” não dispensa a leitura integral do Edital, seus anexos e legislação pertinente.

- Esta licitação será processada por meio do Regime Diferenciado de Contratação regido pela Lei 12.462/2011, art. 1º, §3º regulamentado pelo Decreto 7.581/2011 e **resulta no afastamento das normas contidas na Lei 8.666/93, exceto nos casos expressamente previstos na Lei 12.462/2011 e no Decreto 7.581/2011.**

- Os principais procedimentos e alterações a serem observadas pelas licitantes, neste processo, são:
 - Redução do período de **publicação para 15 dias úteis**;
 - **Processo Eletrônico** pelo sistema no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br
 - **Inversão das fases (com relação às modalidades da Lei nº 8666/93)** – primeiro ocorrerá a abertura e julgamento das propostas e posteriormente, a habilitação somente da melhor classificada ou, caso inabilitada, na ordem subsequente de classificação;
 - Necessidade de **credenciamento prévio dos fornecedores no SICAF e chave de acesso ao sistema Comprasgovernamentais**;
 - **Fase recursal única** – a fase recursal somente ocorrerá após a decisão sobre a licitante habilitada e declarada provisoriamente vencedora; é obrigatório que as licitantes manifestem sua **INTENÇÃO** de recorrer no momento oportuno, sob pena de decadência do direito – verificar prazos e procedimentos no edital;
 - Etapa de lances – após a abertura das propostas, haverá fase de disputa de lances conforme o procedimento previsto no Edital;

- O prazo para impugnação e/ou esclarecimentos ao presente Edital é de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data agendada para abertura do certame.

- A penalidade prevista para atrasos, inadimplementos, inexecuções e outros para o presente Edital é, além das cominações previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, **o impedimento de licitar e contratar por até 05 (cinco) anos, conforme art. 47 da Lei 12.462/2011.**

- O IFMT – Campus São Vicente realiza gestão e fiscalização contratual efetiva e procede abertura de processos administrativos para aplicação de penalidades por descumprimentos contratuais e legais, não havendo possibilidades de negociação ou aditamento de prazos/valores fora das possibilidades legais.

- Demais informações sobre o RDC formato eletrônico acessar o link:

https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/rdc/manual_rdc_eletronico_fornecedor- vs_02-04022016.pdf

O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na Coordenação de Licitações do IFMT – Campus São Vicente, no endereço Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá – MT. Telefone (65) 3341-2110, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou no site www.svc.ifmt.edu.br e no portal de comprasgovernamentais, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br>

A empresa interessada na participação do **RDC Eletrônico n.º 01/2019** para a **Contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para executar a Construção da Passarela do IFMT São Vicente - Centro de Referência de Campo Verde**, deverá preencher as informações solicitadas neste formulário, e remetê-lo para o e-mail: cpl@svc.ifmt.edu.br caso contrário a Comissão exime-se da obrigação de comunicar diretamente ao interessado, possíveis alterações no Edital, bem como de esclarecimentos posteriores.

TERMO DE RETIRADA DO EDITAL

RDC Eletrônico n.º 01/2019

Empresa:

Endereço:

CNPJ da Empresa:

Responsável pela Empresa:

Telefone: () Fax: ()

E-mail:

Local, XX de XXXXXXX de 2019

Assinatura do Responsável

EDITAL - RDC ELETRÔNICO Nº 01/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA PASSARELA DO IFMT SÃO VICENTE CENTRO DE REFERÊNCIA DE CAMPO VERDE

PROCESSO Nº 23186. 001269/2019-04

O Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT Campus São Vicente, autoridade competente, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizado, por meio da Comissão Especial de Licitação - RDC, designada pela Portaria 210/2019 - SVC.GAB/SVC/DG/CSVC/RTR/IFMT de 29 de outubro de 2019, licitação **na modalidade Regime Diferenciado de Contratações - RDC, do tipo Menor Preço, sob a forma de execução indireta, empreitada por preço global**, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei n.º 12.462/2011, Lei n.º 13.707/2018, Lei Complementar 123/06, Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (L8078 - CDC), Decreto n.º 8.538/2015, Decreto n.º 7.581/2011, alterado pelo Decreto 8.251/2014, Decreto n.º 7.983/13, Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 05 de 07/11/2013 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19/01/2010 e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Afastamento das normas contidas na Lei 8.666/93, exceto nos casos expressamente previstos na Lei 12.462/2011 e no Decreto 7.581/2011 e alterações.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado, far-se-á a abertura da Sessão Pública do RDC, por meio de sistema eletrônico:

Data: **11/12/2019**

Horário de Brasília: 09:30 horas (horário de Brasília)

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br - **UASG 158335**

Modo de disputa: **ABERTO**

Preço Estimado: **R\$ 160.797,88 Cento e sessenta mil setecentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos**), de acordo com as especificações dos serviços e planilha orçamentária Anexo IX, conforme inciso I, § 2º do Art. 9º do Decreto 7.581/2011.

As propostas deverão ser encaminhadas através do endereço eletrônico até a data e hora marcadas acima, para abertura da Sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA PASSARELA DO IFMT SÃO VICENTE - CENTRO DE REFERÊNCIA DE CAMPO VERDE**, com fundamento legal no § 3º do Art. 1º da Lei n.º 12.642/2011, que versa sobre o Regime Diferenciado de Contratação - RDC de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas neste Edital e em seus Anexos, que passam a fazer parte integrante deste edital, independente de transcrição.

1.2 Justificativa para escolha da modalidade RDC Eletrônico: O art. 13 da Lei n.º 12.462/2001 e o art. 8º, II c/c art. 13, do Decreto n.º 7.581/2011 informam que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. A escolha da modalidade dá-se pela busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos.

1.3 Quantidade de itens: 01

ITEM 01: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA PASSARELA DO IFMT SÃO VICENTE - CENTRO DE REFERÊNCIA DE CAMPO VERDE

1.4 Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto a responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material, bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, **PREFERENCIALMENTE ATRAVÉS DE PAPEL RECICLADO.**

1.5 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no site Compras governamentais, “SIASG” ou Nota de Empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.

2 DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1 A Licitante que pretender obter esclarecimentos sobre o Edital e seus Anexos deverá solicitá-los por escrito, até **05 (cinco) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail cpl@svc.ifmt.edu.br.

2.2 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Licitação através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

2.3 Qualquer cidadão poderá impugnar, por alegada irregularidade, os termos do ato convocatório, protocolando na forma eletrônica, até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública do RDC Eletrônico, conforme o disposto no Artigo 45 da Lei nº 12.462/2011.

2.4 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@svc.ifmt.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá – MT.

2.5 Caberá a Comissão, auxiliada pela área técnica responsável, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

2.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7 As repostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pela Comissão serão publicados no portal do Comprasnet www.comprasgovernamentais.gov.br, assim como anexados ao processo eletrônico 23197.000965.2019-66, o qual está integralmente disponível para consulta por qualquer interessado no link www.svc.ifmt.edu.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.8 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação empresas que pertençam ao ramo do objeto licitado, devidamente constituídas e operando em conformidade com a legislação vigente, que reúnam as condições de habilitação e qualificação exigidas e que atendam às condições

deste Edital e seus anexos; e

3.2 Que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26/04/18.

3.3 Não poderão participar desta licitação:

- a) Entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Entidades empresariais declaradas suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com o IFMT;
- c) Empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462/2011.
- d) Entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- e) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 36 da Lei nº 12.462/2011;
- f) Entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- g) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3.4 Também não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

- a) pessoa física ou jurídica que elaborar o projeto básico ou executivo correspondente;
- b) pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente;
- c) pessoa jurídica da qual o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de **5% (cinco por cento)** do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado; ou
- d) servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.4.1 Não se aplica o disposto nas **alíneas “a, b e c” do item 3.4** no caso das contratações integradas.

3.4.2 É permitida a participação das pessoas físicas ou jurídicas de que tratam as alíneas “b e c” do **item 3.4** na licitação ou na execução do contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço do órgão ou entidade pública interessada.

3.4.3 Para fins do disposto no **item 3.4**, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.4.4 O disposto na **alínea “d” do item 3.4** aplica-se aos membros da comissão de licitação.

3.5 As empresas não cadastradas no SICAF deverão providenciar seu credenciamento e sua habilitação acessando o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, com emprego do certificado digital,

prestando as informações necessárias, e apresentando digitalmente a documentação exigida.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória RDC Eletrônico, em sua forma eletrônica.

4.2 Os licitantes interessados em participar do certame deverão providenciar, previamente, o seu credenciamento no portal www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.4 O credenciamento da licitante bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral ATUALIZADO no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema – Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão – implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao RDC Eletrônico.

4.6 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IFMT – Campus São Vicente a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5 DA VISTORIA

5.1 As licitantes interessadas na licitação poderão agendar uma visita “*in loco*”, **por um profissional técnico da empresa ou por profissional técnico terceirizado pela empresa, devidamente credenciado (Anexo VII do edital)**, o qual inspecionará o local das obras e cercanias, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta. Todos os custos associados à visita e inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

5.2 A vistoria técnica poderá ser agendada previamente com a Coordenação de Licitação pelo telefone (65)3341-2110 ou no Centro de Referência de Campo Verde (OTONIEL) pelo telefone (65) 3341-2171, ou pelo e-mail cpl@svc.ifmt.edu.br com no mínimo de 24hs de antecedência.

5.3 As visitas deverão ser realizadas até o dia útil anterior daquele previsto para abertura do certame, fixada neste edital. Não haverá vistoria no dia da licitação.

5.4 A vistoria deverá ser acompanhada por no mínimo um servidor do IFMT – Campus São Vicente, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 13:00 às 17:00 h.

5.5 Cada representante designado para a vistoria poderá representar apenas uma empresa. O representante deverá apresentar a Carta de Credenciamento para Vistoria conforme modelo no Anexo VI.

5.6 Atestado de Vistoria será emitido por um representante do IFMT – Campus São Vicente (modelo Anexo VII).

5.7 É FACULTADO à empresa licitante **a realização da vistoria, devendo apresentar, em substituição ao**

atestado de visita, Declaração de Conhecimento das Condições Locais para Execução da Obra, assinada pelo responsável técnico conforme Anexo V, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, conforme Acórdão 906/2012 TCU – Plenário.

6 DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1 As propostas deverão ser formuladas de acordo com as informações constantes neste Edital e seus anexos e enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através do endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2 A participação no RDC Eletrônico ocorrerá mediante utilização de chave de acesso e senha privativa do licitante, desde o momento da publicação do Edital no Diário Oficial da União, **até a data e hora marcadas para abertura da Sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.**

6.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Instituição responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4 Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas neste.

6.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento do formulário eletrônico disponível no Comprasgovernamentais, com o valor total e descrição detalhada do item.

6.7 No momento da elaboração e envio da proposta o licitante deverá encaminhar por meio do sistema eletrônico as seguintes declarações:

a) No caso de Microempresa – **ME** ou de Empresa de Pequeno Porte - **EPP**, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, declarando que a Empresa/Cooperativa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

b) De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

c) De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

e) Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2, de 16 de setembro de 2009, da SLTI/MPOG.

f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

6.8 As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo presidente, na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, **não havendo necessidade de envio por meio de e-mail ou outra forma.**

6.9 Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no **crime de falsidade ideológica**, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

6.10 Uma vez cadastrada a proposta o sistema não permitirá alterações ou cancelamento da mesma, somente cadastrando uma nova proposta.

6.11 Ao cadastrar sua proposta no sítio do Sistema Comprasgovernamentais o licitante deverá fazer a descrição detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo **“Descrição detalhada do objeto ofertado”**.

6.12 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

6.13 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.14 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.15 O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.16 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

6.17 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo presidente.

6.18 Quaisquer elementos que possam identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.19 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE COMPETITIVA

7.1 A abertura da sessão pública deste RDC, conduzida pelo Presidente da Comissão, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Presidente e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “Chat”, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail;

7.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4 O Presidente verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.5 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.6 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

7.8 O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.9 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

7.10 Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;

b) Os critérios estabelecidos no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

c) Sorteio.

7.11 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.12 Durante a fase de lances, o Presidente poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.13 Se ocorrer a desconexão do Presidente no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.14 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do RDC Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do presidente aos participantes, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.15 Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do RDC Eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, conseqüentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

7.16 No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

7.17 O encerramento da fase de lances será decidido pelo Presidente da Comissão, que informará, com cinco minutos de antecedência, o horário previsto.

7.17.1 Decorrido o prazo fixado pelo Presidente da COMISSÃO, o sistema eletrônico iniciará a segunda fase, encaminhando aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances;

7.18 Decorrido o prazo fixado pelo Presidente, e encerrada a fase de lances pelo sistema, o Presidente verificará a diferença de valores apresentada entre a primeira e segunda

classificadas, podendo reabrir a fase de lances caso essa diferença seja igual ou superior a 10% (dez por cento).

7.19 Caso a segunda colocada apresente valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor apresentado pela primeira classificada, será reaberta a fase de lances para que as demais classificadas (segunda em diante) aproximem sua proposta da primeira colocada;

7.20 Somente participarão da reabertura da fase de lances as empresas com propostas classificadas;

7.21 Esta reabertura da fase de lances tem por objetivo aproximar as demais propostas do valor apresentado pela primeira colocada. A primeira colocada não participará dessa reabertura da fase de lances, visto que não será alterada a classificação da primeira colocada, apenas das subsequentes;

7.22 Reaberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance;

7.23 O Presidente anunciará o lance vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.24 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar Carta Proposta (modelo anexo III deste edital) por meio do sistema Compras Governamentais - opção “enviar anexo”, devidamente ajustados ao valor da proposta final, respeitando o limite do sistema eletrônico de 50MB, no prazo de até 3 (três) horas após convocação do Presidente, prorrogáveis mediante solicitação escrita e fundamentada através do chat, e em conformidade com o melhor lance ofertado.

7.25.1 Observado o limite de **50 Mb** do arquivo, dentro do prazo estabelecido no item anterior, podem ser enviados tantos arquivos quanto forem necessários para atendimento do exigido no item **7.25** (utilizando-se de compactador de arquivos), desde que a licitante solicite, através do chat, nova Convocação de Anexo ao Presidente da Comissão.

7.25.2 A proposta deverá ser/conter:

a) Redigida em português, em papel timbrado da empresa, digitada, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, com clareza e objetividade; contendo o valor ofertado, **considerando-se em 2(duas) casas decimais**, e o preço global resultante deste valor, discriminando os valores em algarismos arábicos e por extenso, em moeda nacional (Real), devidamente assinada e datada pelo licitante ou por seu representante legal, bem como rubricadas em todas as suas folhas.

b) Razão social, o CNPJ, a referência ao número do edital do RDC, na forma eletrônica, dia e hora de abertura, o endereço completo, bem como o número de sua conta-corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos;

c) Os dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato (nome completo, endereço residencial, CPF, RG, Cargo/Função e e-mail, se houver), os quais, por questões de sigilo e segurança podem ser enviados em arquivo separado para o e-mail cpl@svc.ifmt.edu.br.

d) Valor total da proposta, incluindo o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, expresso

em algarismos e por extenso, em moeda corrente brasileira, sendo considerados somente os dois primeiros dígitos depois da vírgula.

e) Declarar expressamente que os preços unitários ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com materiais e/ou equipamentos, ferramentas, fretes, transportes, carga, descarga, armazenagem, vigilância, logística, manutenção, conservação, instalação, supervisão, gerenciamento, operação, processamento, tratamento, combustíveis, despesas junto a concessionárias públicas (água, energia, gás, telefone, esgoto), mão de obra especializada ou não, seguros em geral, garantias, encargos financeiros, riscos, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infortunistica do Trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, todas e quaisquer despesas necessárias à realização integral e adequada dos serviços contratados, bem como seu lucro, conforme especificações constantes do Edital, sem que caiba, em qualquer caso, qualquer tipo de pleito ao contratante com a alegação de alguma parcela que foi omitida.

f) Prazo de validade de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

g) O prazo de conclusão dos serviços (execução), que não poderá ser superior a **30 (trinta) dias corridos**, contados da data estabelecida na ordem de serviço.

7.26 Além da proposta de preços, e dentro do mesmo prazo e condições estabelecidos no **item 7.25**, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá encaminhar também:

7.26.1 Planilha Orçamentária Sintética (modelo Anexo IX deste edital), que deverá conter os quantitativos, os preços unitários sem BDI e preços unitários com BDI, os valores totais dos itens e o valor global para execução do objeto, devidamente datada e assinada pelo responsável técnico legalmente habilitado do proponente, apresentada nos formatos **pdf e xls**;

7.26.1.1 A Licitante deverá elaborar o orçamento levando em consideração que as obras e serviços objeto desta licitação devem ser entregues completos. Em consequência, ficará a cargo da Licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários.

7.26.1.2 A planilha orçamentária deverá ser elaborada levando-se em consideração o objeto deste edital e de acordo com as especificações de materiais, novos e de primeira qualidade. Na ausência de alguma especificação de material, considerar-se-á o de melhor qualidade, à escolha do IFMT – Campus São Vicente;

7.26.1.3 Considera-se preço unitário a soma do valor de mão de obra e de material para cada item constante na planilha orçamentária.

7.26.1.4 Serão relevadas diferenças de centavos quando constatada que as mesmas são oriundas de arredondamento no somatório das células.

7.26.1.5 O preço total não poderá ser superior ao orçamento de referência do IFMT – Campus São Vicente, tendo em vista ser esse o valor máximo que a administração se propõe a pagar.

7.26.1.6 Considera-se preço total o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

7.26.2 Planilha Orçamentária (modelo do Anexo IX deste edital), com o detalhamento da composição de preços unitários, devidamente datada e assinada pelo responsável

técnico legalmente habilitado do proponente, apresentada nos formatos **pdf** e **xls**;

7.26.3 Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IX deste edital), que deverá representar o desenvolvimento previsto para a execução total do objeto desta licitação em relação ao tempo e com os valores propostos, devidamente datado e assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado do proponente, apresentado nos formatos **pdf** e **xls**;

7.26.3.1 Na elaboração do Cronograma Físico-Financeiro, devem ser observados os prazos de execução bem como os percentuais de cada grupo de serviços propostos pela Administração em cada etapa, sob pena de desclassificação. Este documento vincula a licitante ao seu estrito cumprimento quando da execução do contrato, salvo quanto a fatos supervenientes, caso em que poderá sofrer ajustes de maneira a atender o prazo final estipulado;

7.26.3.2 O pagamento das parcelas à Contratada será efetuado em estrita consonância com o percentual dos serviços e etapas medidos e efetivamente executados na obra, conforme atestado do fiscal do Contrato, observado o Cronograma Físico-Financeiro, no projeto e em demais documentos técnicos pertinentes à licitação pública.

7.25.5 Detalhamento completo do BDI que integra o orçamento, em conformidade com o estabelecido no Acórdão 2.622/2013 – TCU – Plenário, apresentando todos os seus componentes também em forma percentual, devendo apresentar detalhamentos diferenciados serviços de edificação (**modelo Anexo IX deste edital**) e para equipamentos (**modelo anexo IX deste edital**), conforme Acórdão nº 325/2007 do TCU-Plenário, sendo devidamente datados e assinados pelo responsável técnico legalmente habilitado do proponente, apresentados nos formatos **pdf** e **xls**.

7.25.5.1 Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não poderão ser incluídos no BDI, nos termos do artigo 125, § 7º, II, da Lei nº 12.465, de 2011 e da jurisprudência consolidada do TCU, conforme a Súmula nº 254.

7.25.5.2 O percentual previsto no BDI para pagamento do ISS levará em consideração a alíquota real estabelecida pelo município de Campo Verde - MT ou aquela relacionada com o enquadramento da licitante, no caso de empresa optante pelo SIMPLES Nacional;

7.25.5.3 As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, conforme a lei complementar no 123 de 2006, bem como que a composição de encargos sociais não incluam os gastos relativos as contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE, etc), conforme dispõe o artigo 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

a) No caso de empresa optante pelo SIMPLES Nacional, a licitante deverá apresentar detalhamento, demonstrando o seu respectivo enquadramento fiscal com e memorial de cálculo realizado para obter as respectivas alíquotas do de ISS, PIS e COFINS aplicáveis ao seu caso.

7.26 No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento da documentação pelo sistema eletrônico COMPRASNET, a documentação poderá ser enviada para o endereço eletrônico cpl@svc.ifmt.edu.br, sendo tal documentação divulgada posteriormente no sítio <http://svc.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/licitacoes-e-contratos-2/>, para conhecimento de

todos os participantes.

7.27 Depois de transcorrido o prazo estabelecido no item 7.25, não será considerado, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de documentação que deveria/poderia ter sido remetida anteriormente, sendo realizada, pelo Presidente da Comissão de Licitação, o registro da recusa da proposta e a convocação do próximo licitante.

7.28 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

7.29 Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições, estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.30 A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente os projetos, as especificações, e demais documentos e os comparou entre si, e assim, obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar a sua proposta de preços, pois os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa.

7.31 Fica entendido que os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe, que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.

7.32 No caso de se verificar erros, divergências ou falhas, nos ou entre os documentos licitatórios prevalecerá à seguinte ordem de mérito:

em 1º lugar - projetos;

em 2º lugar - memorial descritivo;

em 3º lugar - minuta de contrato;

em 4º lugar - condições gerais do edital.

7.33 O Presidente da Comissão de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do IFMT ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.34 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.35 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

7.36 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o presidente examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.37 Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o Presidente divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

7.38 O endereço para fins de envio de qualquer documentação que seja solicitada pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Mato Grosso – Campus São Vicente é: Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá – MT, AOS CUIDADOS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO RDC 01/2019.

8 DO JULGAMENTO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

- a) Contenha vícios insanáveis;
- b) Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;
- c) Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto 7.581/11.
- d) Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública; ou
- e) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8.2 A comissão de licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

8.3 Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou
- b) Valor do orçamento estimado pela administração pública.

8.3.1 A administração deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

8.3.2 Na hipótese acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

8.3.3 A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

8.4 A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários.

8.5 O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública com base nos parâmetros previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011.

8.6 Na adoção do regime de empreitada por preço global serão observadas as seguintes condições:

- a) No cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro **seja igual ou inferior** ao valor calculado a partir do sistema de referência utilizado;
- b) Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor total do orçamento estimado ou sejam considerados essenciais à funcionalidade do objeto; e
- c) Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela administração pública, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro poderão exceder o limite fixado no inciso a; e
- d) As alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares do projeto

básico não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato.

8.7 Se o relatório técnico não for aprovado pela administração pública, aplica-se o disposto no art. 62 do Decreto 7.581/11, salvo se o licitante apresentar nova proposta, com adequação dos custos unitários propostos aos limites previstos, sem alteração do valor global da proposta.

8.8 O orçamento estimado das obras e serviços de engenharia será aquele resultante da composição dos custos unitários diretos do sistema de referência utilizado (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI), acrescida do percentual de BDI de referência.

8.9 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela administração pública não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

8.10 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a comissão de licitação poderá negociar com o licitante, condições mais vantajosas.

8.11 A negociação de que trata o item acima poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

8.12 Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas.

8.13 O critério de julgamento e desempate é o **MENOR PREÇO**.

8.14 Será declarado vencedor o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO** e cumprir todos os requisitos de habilitação.

8.15 O critério de julgamento pelo menor preço considerará o menor dispêndio para a administração pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

8.16 Critérios de desempate:

8.16.1 Nesta licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.16.2 Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam **iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada**.

8.16.3 Para efeito do disposto acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.16.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto

licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.16.5 O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9 DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

9.1 Nesta licitação será aplicado, no que couber, o disposto nos arts. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas** para o licitante classificado em primeiro lugar.

9.3 Em caso de inabilitação serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos licitantes subsequentes, por ordem de classificação.

9.4 Para habilitação parcial dos licitantes será exigida, por meio de consulta on-line no SICAF e nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a documentação relativa:

a) À habilitação jurídica;

b) À qualificação econômico-financeira (índices calculados: SG, LG e LC);

b.1) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.2) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (**patrimônio líquido**) equivalente a **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

c) À regularidade fiscal com a Fazenda Nacional (Receita Federal), o sistema da seguridade social (INSS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) À regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais (Receita Estadual/Distrital e Receita Municipal);

e) À regularidade trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);

f) Aos registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência – www.transparencia.gov.br);

g) Aos registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis Por Ato de Improbidade Administrativa (Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – www.cnj.jus.br).

h) Aos registros da lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União -TCU (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>)

9.4.1 As consultas a que se referem as alíneas **f, g e h** do item acima serão realizadas em nome da **empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4.2 Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências conforme, [Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018](#) e suas alterações nos prazos estabelecidos pelo Presidente.

9.5 Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações cadastradas pelo proponente no sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS.

9.6 Todos os documentos deverão estar em nome do licitante. Se o licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

9.7 O envio da documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA E À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** estará limitado a 50 MB, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários desde que o somatório não ultrapasse este limite. A documentação deve ser enviada (preferencialmente em pasta compactada), por meio do sistema Compras Governamentais – opção “enviar anexo”, **no prazo de até 3 (três) horas** após convocação do Presidente da Comissão.

9.8 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

9.9 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

9.10 As **microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para tal regularização;

9.10.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à administração **convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.**

9.11 No julgamento da habilitação, o Presidente da Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ADICIONAL AO SICAF

10.1 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo distribuidor da sede

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando possuir **Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado** para o(s) itens dos quais está participando.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1.1) publicados em Diário Oficial; ou

b.1.2) publicados em jornal de grande circulação; ou

b.1.3) por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

b.2) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

10.1.1 TODAS as licitantes, mesmo as que optarem por comprovar a regularidade econômico - financeira via SICAF, deverão apresentar os documentos referentes aos **itens 10.1**

10.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - A licitante deverá apresentar qualificação técnica conforme exigências do **item 4.2 do Projeto Básico (Anexo I** deste edital).

10.2.1 Em complementação á documentação de habilitação técnica exigida no projeto básico, a licitante deve apresentar, de forma complementar, a declaração do responsável técnico (modelo **Anexo V** deste edital).

10.3 Caso a licitante possua alguma negativa vencida quando da consulta no SICAF, poderá apresentar os originais ou cópia autenticada da documentação pendente na própria sessão de abertura. A aceitação das certidões emitidas pela internet e que forem apresentadas pelos Licitantes, ficará condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, que será efetuada no momento da apresentação das mesmas por um dos membros da Comissão de Licitação.

10.4 A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

10.5 No julgamento da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.6 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

10.7 Fica esclarecido que o não encaminhamento via sistema dos documentos atualizados relativos à regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira imediatamente após o julgamento dos preços ofertados nas propostas e lances significará que a licitante optou por demonstrar tal regularidade por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.8 Se os demais documentos de habilitação não estiverem completos e corretos ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Presidente considerará o proponente inabilitado, devendo instruir o processo com vistas a possíveis penalidades.

10.9 No caso de inabilitação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.10 Para fins de habilitação, a verificação pelo IFMT – Campus São Vicente, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

10.11 A licitante vencedora deverá providenciar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ADICIONAL AO SICAF **dentro do mesmo prazo e condições estabelecidos no item 9.7 do presente Edital.**

11 DOS RECURSOS

11.1 Dos atos da administração pública decorrentes da aplicação desta licitação caberá recurso no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, em face de:

- a) Do julgamento das propostas;
- b) Do ato de habilitação ou inabilitação de licitantes;
- c) Da anulação ou revogação da licitação;
- d) Da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no inciso I do Art. 79, da Lei nº 8.666/1993;
- e) Da aplicação das penas de advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.
- f) Dos atos da administração pública decorrentes da aplicação desta licitação caberá representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação, relativamente a atos de que não caiba recurso hierárquico.

11.2 Os licitantes que desejarem apresentar os recursos em face do ato de habilitação, inabilitação ou do julgamento das propostas, deverão manifestar imediatamente a sua **intenção de recorrer, via sistema, no final de cada uma das fases, sob pena de preclusão.**

11.3 Haverá a **FASE RECURSAL ÚNICA**, nos termos do art. 52 e subsequentes do Decreto nº 7.581/2011.

11.4 É assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.6 Os prazos previstos neste edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do IFMT – Campus São Vicente.

11.7 O recurso será dirigido à Autoridade Superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco)

dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade, tudo isso por meio eletrônico.

11.8 Declarado o vencedor, o Presidente abrirá o sistema eletrônico, no prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

11.9 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões de seu recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.10 Serão desconsiderados pelo Presidente da Comissão os recursos interpostos fora do meio eletrônico – sistema Comprasgovernamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).

11.11 Caso o Presidente decida pela improcedência do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para Homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do Presidente antes da adjudicação.

11.12 Caso não ratifique a decisão do Presidente, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

11.13 O recurso contra decisão do Presidente não terá efeito suspensivo.

11.14 Para fins de recurso, assim como para demais consultas, o processo eletrônico 23197.000956.201966, estará integralmente disponível para consulta por qualquer interessado no link <http://svc.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/licitacoes-e-contratos-2/>.

11.15 Aplica-se a este RDC o disposto no art. 113 da Lei nº 8.666/1993.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 DA CONTRATAÇÃO

13.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento específico escrito de contrato, que ocorrerá após a homologação, sendo o adjudicatário convocado para assinar o contrato e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fazê-lo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 12.462/2011.

13.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do IFMT – Campus São Vicente.

13.3 Na assinatura do contrato será exigida:

a) A comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser

mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

b) A quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

13.4 Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no parágrafo anterior, ou quando injustificadamente se recusar a assinar o contrato, prazo e condições estabelecidas no ato convocatório da licitação, o IFMT – Campus São Vicente poderá convocar outro licitante, segundo a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas na Lei n.º 8.666, de 1993.

13.5 O licitante homologado que não estiver com o cadastro completo no SICAF, deverá providenciá-lo antes da contratação.

13.6 Previamente à assinatura do contrato a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.7 A recusa injustificada do licitante classificado em primeiro lugar para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após devidamente convocado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará na aplicação das sanções previstas no presente Edital.

13.8 O disposto nesta sub-condição não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.9 O prazo de vigência do contrato será de acordo com o que dispõe a Minuta de Contrato (Anexo II deste edital) deste edital, admitida a prorrogação nos termos da Lei.

13.10 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65, da Lei n.º 8.666, de 1993.

13.11 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato dado sua natureza peculiar.

13.12 O presente Edital, Projeto Básico, bem como a Proposta, integrarão o Contrato independentemente de transcrição.

14 DAS SANÇÕES

14.1 De acordo com o Art. 47 da Lei nº 12.462/2011, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

14.1.1 convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da mesma Lei;

14.1.2 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

14.1.3 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.4 não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

14.1.5 fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

14.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

14.1.7 der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

14.2 A aplicação do impedimento de licitar implicará ainda o descredenciamento do licitante, pelo prazo estabelecido no caput deste artigo no SICAF.

14.3 A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na tabela 2 abaixo, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório, ampla defesa e verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do CONTRATADO, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, conforme listado a seguir:

14.3.1. advertência;

14.3.2. multa;

14.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

14.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4 Será aplicada sanção de advertência nas seguintes condições:

14.4.1 atraso superior a 5 dias na execução do objeto, tendo como base o cronograma de execução físico-financeiro;

14.4.2 descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital, seus anexos, e no contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;

14.5 Será aplicada multa nas seguintes condições:

a) de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo contratual, caso haja a inexecução parcial do objeto.

b) de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nos casos de inexecução total do objeto.

14.5.1 Será considerada **inexecução parcial** do objeto quando:

14.5.1.1 O CONTRATADO executar menos de 50% do previsto para cada etapa do cronograma físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO;

14.5.1.2 Houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

14.6 Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para o início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE.

14.7 As demais penalidades e seus detalhamentos estão previstas no Projeto Básico (Anexo I deste edital) e no Contrato (Minuta do Anexo II deste edital).

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1 A Garantia Contratual está prevista no Contrato (Minuta do Anexo II deste edital).

16 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão à conta dos recursos oriundos do orçamento do IFMT – Campus São Vicente consignados no Programa Trabalho Resumido **151502**, Elemento de Despesa **4.4.90.51**, Fonte **8188000000**, empenho global ou a que vier a lhe substituir.

16.2 O preço global de referência previsto para a execução do(s) serviço(s) de que trata o objeto, foi estimado em **R\$ 160.797,88** (cento e sessenta mil setecentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos), conforme o orçamento estimativo disposto no Anexo IX – Planilha Orçamentária.

16.3 As despesas com a contratação que ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

17 DO REAJUSTE

17.1 Não será concedido reajuste, tendo em vista o prazo de execução inferior a 12 meses, todavia ocorrendo dilatação do prazo de execução por culpa exclusiva da Administração, poderá ser concedido reajuste com base no INCC (Índice Nacional da Construção Civil) acumulado dos últimos 12 (doze) meses a contar da data de início da execução do objeto.

18 DO PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1 O prazo de execução dos serviços será de **30 (trinta) dias corridos**, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos.

19 DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será feito de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Contrato (Minuta do Anexo II deste edital).

20 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1 Na execução do contrato resultante desse processo licitatório, a contratada deverá respeitar os critérios de sustentabilidade ambiental, estabelecidos no Projeto Básico (Anexo I) e no Contrato (Minuta do Anexo II deste edital).

21 DA FISCALIZAÇÃO

21.1 A fiscalização do objeto desta licitação será exercida conforme disposições presentes no Contrato (Minuta do Anexo II deste edital).

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

22.2 No caso de divergência de informações entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações deverá ser consultada a FISCALIZAÇÃO.

22.3 As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes do Memorial Descritivo deste Edital serão resolvidas pela FISCALIZAÇÃO.

22.4 Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada, devendo o

contratado estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.

22.5 O contratado ficará obrigado a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do IFMT – Campus São Vicente.

22.6 A atuação da Licitante perante a Comissão de Licitação, assim como na execução do Contrato será registrada e constará dos certificados e declarações solicitadas.

22.7 A participação nesta licitação implicará aceitação integral e irretratável de suas normas, do Edital e do Projeto Básico, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

22.8 Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

Anexos para consulta:

- a) Anexo I – Projeto Básico com seus anexos;
- b) Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

Anexos para preenchimento e apresentação antes ou durante a licitação:

- c) Anexo III – Modelo de Carta Proposta da Licitante;
- d) Anexo IV – Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração do Responsável Técnico;
- f) Anexo VI – Modelo de Carta de Credenciamento para Vistoria;
- g) Anexo VII – Modelo de Atestado de Vistoria;
- h) Anexo VIII – Modelo de Declaração de Conhecimento das condições locais;
- i) Anexo IX – Planilha Orçamentária.

São Vicente da Serra, 24 de outubro de 2019.

AMARILDO POLETTI DA SILVA

Presidente da Comissão Especial de Licitação RDC 01/2019

LIVIO DOS SANTOS WOGEL

Diretor-geral IFMT Campus São Vicente